



O CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO: UMA TRAJETÓRIA HISTÓRICA DE MUDANÇAS

Jackeline Araujo Silva¹

Resumo

O presente artigo visa analisar a trajetória dos códigos de ética do assistente social, apontando os valores que orientaram e legitimaram cada código em determinado período histórico e como se constituiu o projeto ético-político da profissão. O decurso profissional do Serviço Social no Brasil é destaca historicamente em dois momentos: o primeiro defendia um projeto societário de perspectiva conservadora, e, o segundo, e atual, expõe uma perspectiva teórico e crítica da sociedade de classe. Dessa forma, buscou-se compreender que o projeto profissional do Serviço Social tem uma trajetória de mudanças, assim como os códigos de ética e ambos foram conduzidos a partir de uma construção coletiva de profissionais e que possuem uma determinada direção social que envolve princípios, valores e compromissos que estão em constante movimento, mas que no momento atual, está comprometida ética e politicamente com a classe trabalhadora.

Palavras-Chave: Serviço Social. Código de ética. Projeto ético-político.

1 INTRODUÇÃO

O decurso histórico dos Códigos de Ética do Assistente Social é marcado por mudanças, assim como os valores e os fundamentos que legitimaram cada código em seu determinado tempo. É válido considerar uma breve análise da trajetória das mudanças obtendo os Códigos de Ética do Serviço Social de 1947, 1965, 1975 e 1986 como parâmetros metodológicos para assim, visualizar o cenário atual, de predominância dos valores do Código de Ética de 1993, dando destaque à liberdade, e, como se constitui o projeto profissional contemporâneo do Serviço Social.

Os Códigos de Ética da categoria profissional do Serviço Social não interpretam apenas aspectos normativos e deveres profissionais, mas também valores que identificam o projeto societário defendido pela categoria profissional em cada tempo. Assim, a trajetória do projeto profissional do Serviço Social no Brasil é destacada historicamente em dois momentos: o primeiro defendia um projeto societário de perspectiva conservadora, e, o segundo, e atual, expõe uma perspectiva teórico-crítica da sociedade de classe.

Dessa maneira, buscou-se compreender que o projeto profissional do Serviço Social tem uma trajetória de mudanças, assim como os códigos de ética e ambos foram conduzidos a partir de uma construção coletiva e que possuem uma determinada direção social que envolve princípios, valores e compromissos que estão em constante movimento.

2 A CONSTRUÇÃO DO CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL

A década de 1930 marca a história da emergência do Serviço Social no Brasil. No contexto do processo de industrialização e urbanização no país, surgiram mudanças sociais significativas, onde a Questão Social explicita as contradições e diferentes interesses das classes, que constituem o modo de produção capitalista.

Entende-se por questão social, conforme Iamamoto (2012a, p. 27) “como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura”. É no antagonismo entre riqueza socialmente produzida, e privativamente apropriado que a questão social

¹ jackearaujo-@hotmail.com - Faculdade Santo Agostinho.



surge, e, se expressa por meio da exploração do trabalho, da fome, da miséria, da violência, em geral, por problemas políticos, sociais e econômicos. As questões sociais interferiram na sociedade como um todo. O Estado, representado pela classe burguesa, buscou medidas sociais que pudessem conter os exageros do capitalismo.

Com apoio do projeto conservador da Igreja Católica, o Estado procurou conter as mudanças trazidas pela industrialização a partir de uma proposta de humanização, com estratégia de intervenção o processo de recristianização que interferiu fortemente na vida cotidiana da classe trabalhadora (CARDOSO, 2013).

Dessa forma, é na aliança entre Estado e Igreja objetivando amenizar as contradições da relação capital e trabalho que surge o Serviço Social, recebendo fortes influências do projeto conservador cristão. A formação profissional era de responsabilidade da Igreja e o projeto profissional atendia aos interesses dessa aliança conservadora. Tal projeto compreendia a questão social como desordem social e deveria ser enfrentada a partir de uma educação moral, através de forças coercitivas (ARALDI, 2007).

A base da formação profissional encerrava pressupostos teórico-políticos fundados no positivismo e no neotomismo. Defendiam valores e princípios visando manter socialmente a defesa da família, a conservação do papel da mulher na sociedade, a tradição, a ordem, a hierarquia e a propriedade privada. As intervenções profissionais eram balizadas por princípios cristãos de cunho moralizador.

Dessa maneira, os primeiros Códigos de Ética (CE), em destaque o de 1947, 1965 e 1975, marcam esse período histórico e expressam o primeiro momento de defesa do projeto societário, conservador e tradicional. Ambos os códigos visualizavam a relação dos problemas sociais com a decadência moral dos indivíduos, tinham uma perspectiva de neutralidade em relação ao Estado e as autoridades a qual não se questionava, além de uma visão a-histórica, metafísica e idealista sobre o homem.

O princípio da liberdade no Código de Ética de 1947 apresentava-se como um valor central, e, estava inspirado nos valores morais da caridade cristã. Baseada pela concepção neotomista, a liberdade do indivíduo se expressava a partir da escolha do bem supremo, conforme as leis de Deus. Nesse caso, os indivíduos deveriam ser educados para fazer escolhas de acordo com os valores cristãos (ARALDI, 2007).

No Código de Ética de 1965 e 1975, “permanecem caudatários do tradicionalismo profissional”, como expõe Barroco (2008b, p.121). A realidade brasileira de ditadura militar só fortaleceu o conservadorismo e seus valores. O princípio da liberdade seguiu a mesma perspectiva que o primeiro código, permanecendo com os mesmos valores cristãos: manter a estrutura societária capitalista e a ordem, com princípios individualistas, correção dos desajustes sociais e negação das lutas de classe.

O terceiro Código de Ética tem uma especificidade de mudança em relação ao código anterior. É marcado pela reatualização do conservadorismo que, de acordo com Netto (1994), é a renovação e fortalecimento da doutrina social da Igreja na ação profissional dos assistentes sociais. No entanto, a década de 60 é marcada socialmente pelo questionamento do tradicionalismo de valores e costumes, ao qual Barroco (2008b) considera como época revolucionária, que potencializou a ruptura com a ideologia da moralização dos costumes. A liberdade nesse cenário surgiu como um projeto que influenciou os projetos políticos coletivos, no fortalecimento de direcionamentos revolucionários, como também no processo de construção de uma nova moralidade profissional.

A transição as década de 1980 para a década de 1990 apontou mudanças significativas nas esferas políticas, sociais e econômicas no Brasil, como o fim da ditadura militar, a conquista da democracia no âmbito político e a organização política dos



trabalhadores. Esses acontecimentos históricos influenciaram diretamente na profissão e respectivamente no Código de Ética.

Dessa forma, o Código de Ética de 1986 (CE/86) é o documento normativo que marca a afirmação da liberdade, a superação do tradicionalismo e a negação da perspectiva ética conservadora. O documento foi construído de forma coletiva pela categoria profissional por meio de sua entidade representativa – que nesse período tinha por nomenclatura de Conselho Federal e Regional de Assistentes Sociais (CFAS/CRAS) – e se colocou como parte de um projeto profissional que se articula com um projeto de sociedade (BARROCO; TERRA, 2012).

O contexto histórico na qual se construía o referido Código se remete a revisão de valores profissionais, que se desenvolveu não só em nível nacional, mas também internacional, e, mais especificamente latino-americano, que confrontava o conservadorismo e buscava o espaço social para a redemocratização. Outro aspecto a ser destacado desse período é a maturidade teórica e política expressa pelo novo projeto profissional, a potencialidade crítica que promove a interlocução com outras áreas de conhecimento e desenvolve a área da pesquisa inspiradas na ideologia marxista. O compromisso com a classe trabalhadora foi destacado como valor ético-político central, sendo o primeiro código de ética brasileiro a romper com o conservadorismo (BARROCO, 2009).

No geral o CE/86 apresenta uma ação profissional com caráter político de uma intervenção ética, pelo compromisso com a classe trabalhadora, com a realização dos direitos e a mediação para o atendimento das necessidades sociais. O contexto histórico do final dessa década foi favorável para o avanço na história do Serviço Social, pois o Código de Ética estava em meio à reorganização política da classe trabalhadora, dos movimentos sociais e da própria categoria profissional (BARROCO; TERRA, 2012).

No entanto, conforme Barroco (2009) operacionalmente o Código de Ética de 1986 não desenvolveu, suficientemente, os pressupostos teóricos orientados pelo marxismo. Assim, com sua reformulação em 1993, torna-se evidente a importância da dimensão ética e política, além da afirmação dos valores emancipatórios, como visa à perspectiva marxista.

O Código de Ética de 1993 (CE/93), vigente até os dias atuais, marca de fato o segundo momento da trajetória do projeto profissional do Serviço Social, possuindo uma perspectiva teórico-crítica sobre a sociedade de classes. É organizado por meio de princípios, deveres, direitos e proibições que orientam o comportamento ético profissional, ofertando seus objetivos ético-políticos, e, também parâmetros para atuação do assistente social no cotidiano profissional (BARROCO; TERRA, 2012).

É no referido código que se encontrará o conteúdo axiológico que dá subsídios para construção do novo projeto ético-político da profissão, que nega a sociabilidade de exploração do homem pelo homem posto pelo sistema capitalista, passando a afirmar o compromisso com a classe trabalhadora, tendo em vista a construção de outra sociabilidade, ou seja, uma nova ordem social.

Esse novo olhar crítico da profissão tem por pressuposto teórico-metodológico a teoria social de Marx, que objetiva justamente uma leitura crítica da sociedade capitalista, observa que a realidade dos indivíduos é histórica, e, estão em meio a processos econômicos, políticos, sociais e culturais. A estrutura social é complexa e marcada por antagonismos de interesses, em que na sociedade capitalista, se expressa pela luta das classes sociais (FRANÇA, 2013).

A teoria social de Marx marca a consolidação da direção social da profissão, sua direção ético-política, ou seja, a ruptura e negação da ética de caráter conservador, em prol de um compromisso político com a classe trabalhadora, reconhecimento do homem enquanto ser social, com potencialidades concretas a serem desenvolvidas num processo sócio-histórico. Dessa maneira, a ética profissional passa a compreender a sociedade de



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

classes que expressam conflitos por possuírem necessidades antagônicas. Essas contradições apenas serão superadas, conforme a teoria social de Marx, quando a classe trabalhadora obtiver consciência enquanto classe e buscarem realizar a superação da ordem burguesa.

O CE/93 indica princípios fundamentais a serem apreendidos pelos profissionais, e, destacam-se como princípios fundamentais: o reconhecimento da liberdade, a defesa aos direitos humanos, ampliação e consolidação da cidadania, a democracia, favorecimento da equidade e justiça social, a eliminação de todos os tipos de preconceitos, a garantia do pluralismo, a opção por um projeto profissional que vise à construção de outra forma de sociedade (sem exploração). Como também a articulação com movimentos sociais, compromisso com a qualidade de serviços e a negação da discriminação (de classes sociais, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física e mental) (CFESS, 2011).

A liberdade é destacada como valor ético central, a democracia como valor político central e a emancipação como valor central de caráter humano-genérico. Barroco e Terra (2012) apontam que tais valores se articulam entre si e com os outros, e, estão conectados enquanto totalidade, sendo possível assim a viabilidade dos demais valores.

A liberdade, enquanto valor ético central é compreendida enquanto algo construído de forma coletiva, logo “a plena liberdade de realização de cada um requer a plena realização de todos”, o que difere com o conceito preconizado pelo sistema capitalista de liberdade individual, reforçada pelo individualismo, afirmam Paiva e Sales (2011, p. 182). O valor da liberdade é visto como fonte para conquista de outros valores como a emancipação, a autonomia e o pleno desenvolvimento dos indivíduos sociais, o que se remete ao significado do fim da exploração do homem pelo homem, como já citado anteriormente.

É por isso que uma categoria social como a liberdade, que concretamente corresponde à existência de alternativas, à possibilidade de escolhas, à existência de condições sociais para a vivência e a ampliação das capacidades, a liberação dos impedimentos à manifestação das forças humanas, etc, passa a ser valorizada, a ser representada como valor ético e político por meio da práxis humana. (BARROCO; TERRA, 2012, p. 56).

O comprometimento com a liberdade por meio da ética ficou explícito que os profissionais devem negar a reprodução dos valores conservadores e moralidade fundada a partir do preconceito, do autoritarismo, da violência e passem a respeitar os direitos humanos, o que recusa a moralidade do primeiro projeto profissional (PAIVA; SALES, 2011).

A percepção do Serviço Social sobre esse princípio é contrária ao entendimento da sociedade burguesa, esta o compreende com direito a propriedade privada e reproduz que a liberdade plena pertence apenas ao sujeito enquanto ser individual. Ao contrário, a categoria profissional compreende liberdade associada à consciência do humano-genérico e como um valor inerente ao ser humano, enquanto ser social.

A democracia é tratada como valor central e a forma política de viabilizar os outros valores essenciais. Esse valor é destacado por indicar a necessidade da socialização da riqueza e distribuição da renda, do acesso de oportunidades para que todos sem nenhum tipo de distinção, pelo direito de viver dignamente com boas condições de moradia, saúde, educação, cultura e lazer. No entanto, essa democracia, não está inclusa nos objetivos da sociedade capitalista, sendo essa a resposta pela busca da superação desse tipo de sociedade em prol de outra forma de sociabilidade, que vise tal democracia (PAIVA; SALES, 2011).



A emancipação como valor central de caráter humano-genérico é potencializada por meio dos demais valores proposto pelo CE/93. A plena realização da liberdade, da democracia, da autonomia, do pluralismo, a viabilização dos direitos humanos (direitos sociais, políticos, civis, econômicos e culturais), a ampliação da cidadania (universalização de tais direitos), a equidade e justiça social e o reconhecimento da igualdade entre os homens, visam, portanto, o direcionamento ao horizonte da emancipação humana, (PAIVA; SALES, 2011; BARROCO; TELES, 2012; CARDOSO, 2013).

O presente estudo destaca que o CE/93 trouxe uma inovação para a ética profissional. O destaque refere-se ao reconhecimento das categorias de etnia e gênero – configura identidade e particularidade dos indivíduos sociais – com a ampliação das proposições interventivas do/a assistente social que contempla uma perspectiva da totalidade. São visualizados os conflitos entre grupos na sociedade. Este último código busca por meio deste princípio o reconhecimento da igualdade entre os homens e mulheres, e, oportunizar o respeito às diferenças étnicas, de gênero e orientação sexual, por meio da eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação (CARDOSO, 2013).

A compreensão e o reconhecimento de todos esses valores, por parte dos assistentes sociais, indicam intervenções pautadas no reconhecimento da emancipação humana e plena expansão dos indivíduos como demanda inerente à liberdade. Além disso, o contato da categoria profissional com a categoria da ontologia do ser social intensificou a construção de uma projeção ética e política da profissão o que fortaleceu o denominado: projeto ético-político.

3 O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

O desenvolvimento sócio-histórico do ser social é constituído pela satisfação das suas necessidades e compreendendo essa ação como algo coletivo, os seres sociais articulam-se entre si e confraternizam de valores e projetos para que possam viver em sociedade. Essa confraternização denomina-se: projetos societários, que evoluem variados interesses sociais numa determinada sociedade.

Os projetos societários são apontados por Netto (2009) como projetos produzidos de forma coletiva que apresentam uma ideia de sociedade a ser construída, a partir de valores para justificá-la e meios para concretizá-la. Apresentam-se de forma heterogênea na sociedade, com características de tempo e espaço determinado, conforme o desenvolvimento das relações de trabalho resultantes das forças produtivas.

Na sociedade capitalista há dois grandes tipos de projeto societário: os conservadores e os transformadores. Esses projetos confrontam e disputam entre si pela adesão de membros da sociedade a partir da invocação dos valores que legitimam cada projeto. Netto (2009, p. 4) aponta que no marco dos projetos societários, emergem os projetos profissionais, que se refere a uma formação teórica de nível superior que de forma organizada “apresentam a imagem de uma profissão, elegem valores que legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções”.

Quando se refere aos valores disseminados pelos projetos profissionais, os mesmos podem ou não vincular-se ao projeto societário hegemônico, isso depende das condições sociais, econômicas e políticas de cada tempo histórico. Para mencionar projetos profissionais, é necessário entendê-los como projetos de classe, possuidores de uma dimensão política, visto que envolvem relações de poder (NETTO, 2009).

Nesse prisma, o projeto profissional do Serviço Social, denominado projeto ético-político, está vinculado ao projeto societário de transformação da ordem social vigente capitalista. Esse projeto profissional está vinculado a um projeto de transformação da sociedade e exige um direcionamento ético e político dos profissionais para uma intervenção



profissional, pois, a atuação ocorre em meio ao movimento contraditório de classes (TEIXEIRA; BRAZ, 2009).

O projeto ético-político é o compromisso da profissão com a classe trabalhadora. Sua gênese foi marcada no final da década de 1970, por meio do Movimento de Reconceituação. Esse movimento revela o processo de ruptura da profissão com conteúdos teóricos e políticos do conservadorismo e com a ética da neutralidade. O projeto profissional avançou pela década de 1980, consolidou-se em 1990 com a materialização do CE/93, e, atualmente se apresenta em construção. Conforme Iamamoto (2012b, p. 224) “esse projeto profissional é fruto da organização social da categoria e de sua qualificação teórica e política”, a ação profissional não é mais orientada pelo conservadorismo, mas conduzida por outras leituras, como exemplo a ontologia social de Marx.

O projeto concretiza-se por meio das ações profissionais cotidianas. Dessa forma, Braz (2005) aponta três dimensões que na medida em que se articulam e constituem a materialidade do projeto ético-político do Serviço Social, respectivamente: a dimensão da produção de conhecimento pelos assistentes sociais, a dimensão político-organizativa e a jurídico-política da categoria profissional.

A primeira dimensão refere-se à modalidade teórico-metodológica da profissão, que expressa a produção de conhecimento feita pelos próprios profissionais, com tendências teórico-críticas do pensamento social, não cabendo assim, pressupostos filosóficos conservadores que visam a manutenção da ordem. A segunda dimensão é a forma política como se organiza a profissão, por meio de entidades representativas, como: os Conselhos Federais e Regionais de Serviço Social (CFESS/CRESS), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), e as outras associações políticas e os movimentos estudantis representada pelos Centros Acadêmicos (CAs), e pela Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

E a terceira dimensão é a jurídico-política que apresenta o aparato jurídico da profissão. São conjuntos de leis e resoluções que instituem o Serviço Social como: o atual Código de Ética de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/93) e as Diretrizes Curriculares para a Formação Profissional, além do conjunto de leis da Constituição Federal de 1988, do Título VIII, da Ordem Social. Segundo Iamamoto (2012b) esse conjunto de legislações apresenta uma defesa à autonomia profissional e reforça a garantia do exercício da profissão.

O projeto profissional do Serviço Social busca por meio das três dimensões que o materializa construir uma nova ordem societária, que supere a ordem social, econômica e política que se apresenta atualmente como hegemônica – capitalista. A partir da tradição marxista, com a compreensão de seus fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos é que o projeto ético-político preconiza valores emancipadores universais, e, especificamente a emancipação política e humana. Dessa forma, compreender-se que no contexto da afirmação da sociedade capitalista a emancipação política é possível, em contrapartida, a realização plena da emancipação humana, só ocorrerá se houver a superação total dessa ordem social aponta Vinagre (2013).

O assistente social comprometido com o projeto ético-político busca, mediante estratégias político-profissionais, competência política, criticidade e criatividade, criar condições para o exercício da liberdade nos espaços coletivos cotidianos e nos campos de luta. Esses espaços mesmo com disputas político-ideológica faz-se necessário a reflexão ética do exercício da liberdade, (CARDOSO, 2013).

Para realização de fato desse projeto existem muitos desafios e limitações, atualmente expressas por meio de ameaças do modo de produção capitalista, liquidação dos direitos sociais, privatização do Estado (este que tem o dever de garantir os direitos sociais), o



sucateamento dos serviços públicos e a implementação de uma política econômica, que limita a massa da população de obter determinados direitos, aponta Netto (2009).

O cotidiano profissional que se reproduz no seio do capitalismo, a liberdade, como valor ético central, se apresenta como um problema profissional, devido à impotência de vivência desse valor na realidade da intervenção profissional concreta. A realização da liberdade colide com a dinâmica social capitalista, que por sua vez é limitadora da liberdade plena. O confronto direto com esse modo de produção, conforme Vinagre (2013) promove dificuldades de efetivação do projeto, pois as conquistas dos objetivos dependem do rompimento dos valores conservadores por parte dos profissionais e da superação do capitalismo por parte da sociedade.

A preservação desse projeto depende intimamente da vontade dos profissionais de Serviço Social, pelo endurecimento do movimento democrático e popular, pela atualização de valores que orientam as ações, pelo fortalecimento das bases teóricas, organizativas e ético-políticas da profissão, da reafirmação do apoio com a classe trabalhadora, resultando de intervenções éticas qualificadas e socialmente comprometidas, (NETTO, 2009).

Nesse prisma, é exigido um novo perfil profissional que seja “informado, crítico e propositivo, que aposte no protagonismo dos sujeitos sociais”, afirma Iamamoto (2012a, p. 114) e seja capaz de perceber as potencialidades dos homens, além de conseguir formular, projetar, avaliar e organizar propostas para as políticas sociais e fortalecer as forças da sociedade civil. Para que o profissional contribua na viabilização do projeto ético-político, é essencial que esteja munido das habilidades teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa e interventiva, para atender e/ou mediar às necessidades sociais da população e reproduzir a nova perspectiva da profissão.

Com a orientação do código de ética atual e com a efetivação desse projeto, o assistente social apresenta-se como formulador de políticas públicas e executor de políticas sociais, deve perceber as necessidades sociais e no conjunto dos movimentos sociais, lutar pela realização do atendimento das mesmas. Dessa maneira, pode-se visualizar o amadurecimento da categoria profissional, pois supera a tradição conservadora inerente da Igreja Católica e do pensamento positivista, que influenciou a ética profissional no início da história do Serviço Social.

4. CONCLUSÃO

O interesse desse estudo foi apresentar teoricamente o processo histórico da construção do atual o Código de Ética dos/as assistentes sociais e o projeto ético-político da profissão. Observou-se dessa forma, uma intensiva mudança do direcionamento ético-profissional, a transformação de posicionamentos balizados por uma perspectiva conservadora, para uma teórico-crítica da sociedade de classes.

Foi a partir de uma construção coletiva e crítica que os códigos de ética foram se alterando anos após e anos e se aperfeiçoando em prol de intervenções pautadas na liberdade e na emancipação humana. A categoria profissional aposta numa intensiva construção de uma projeção ética e política da profissão, fortalecendo em seu cotidiano profissional, o projeto ético político, através da compreensão e do reconhecimento dos valores preconizados pelo código de ética atual.

O projeto ético-político concretiza-se por meio de estratégias político-profissionais, competência política, criticidade e criatividade, criar condições para o exercício da liberdade nos espaços coletivos cotidianos e nos campos de luta. Para realização de fato desse projeto existem muitos desafios e limitações, atualmente expressas por meio de ameaças do modo de produção capitalista. Por isso, a categoria profissional compreende que só haverá uma sociedade eticamente justa, em outra forma de sociabilidade, diferente desta que apresenta-se como vigente.



REFERÊNCIAS

- ARALDI, Elmides Maria. **Apreensão teórico-crítica da categoria liberdade no cotidiano:** uma contribuição para as reflexões do projeto ético-político do serviço social.135. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2007.
- BARROCO, Maria Lucia; TERRA, Sylvia Helena. **O código de ética do/a assistente social comentado.** São Paulo: Cortez, 2012.
- BARROCO, Maria Lucia. **Ética e Serviço Social:** Fundamentos ontológicos. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2008b.
- _____. Fundamentos éticos do Serviço Social. *In:* CFESS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPESS, 2009.
- BRAZ, Marcelo. Notas sobre o Projeto ético- político da profissão. *In:* CRESS/ 7ª. região. **Assistente Social: ética e direitos.** Rio de Janeiro, CRESS/ 7ª. Região, 2005.
- CARDOSO, Priscila Fernandes Gonçalves. **Ética e projetos profissionais:** os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil. Campinas, SP: Papel Social, 2013.
- CFESS. Código de ética profissional do assistente social – 1993. *In:* BONETTI, Dilséa Adeodata; *et. al.* **Serviço Social e ética:** um convite à nova práxis.12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- FRANÇA, Reginaldo Pereira. Teoria social de Marx, projeto ético-político e o serviço social: um espaço de tensões, reflexões e possibilidades. **Textos & Contextos.** v. 12. n. 1. p. 152-161.jan/jun. 2013.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2012a.
- _____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 7. ed.São Paulo: Cortez, 2012b.
- NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. *In:* MOTTA, Aana Elizabete; *et. al.* **Serviço social e saúde:** formação profissional.4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- _____. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- PAIVA, Beatriz Augusto de; SALES, Mione Apolianaio. A nova ética profissional: práxis e princípios. *In:* BONETTI, Dilséa Adeodata; *et. al.* **Serviço Social e ética:** um convite à nova práxis.12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. *In:* CFESS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPESS, 2009.
- VINAGRE, Marlise. Ética, direitos humanos e projeto profissional emancipatório. *In:* FORTI, Valeira; GUERRA, Yolanda. **Ética e direitos:** ensaios críticos. 4. ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.